

A EDUCAÇÃO ESPECIAL ALICERCADA NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS

André Henrique Boazejewski Pereira ¹
Desiré Luciane Dominschek ²

RESUMO

A Educação Especial no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais e epistemológicos que limitam a inclusão efetiva, tornando necessária uma abordagem pedagógica que vá além do assistencialismo e assegure o acesso ao conhecimento historicamente acumulado. Neste estudo, fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), de Dermeval Saviani, e na abordagem Histórico-Cultural de Lev Vigotski, investiga-se como os cinco momentos metodológicos da PHC podem contribuir para a superação das barreiras educacionais na Educação Especial. A pesquisa, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva (UNINTER), de caráter qualitativo e baseada em revisão bibliográfica (SEVERINO, 2016), fundamenta-se especialmente em autores como Dermeval Saviani (2013, 2018), Vigotski (1991, 2021), Mantoan (2015), Oliveira (2010) e Hudson (2019), entre outros. Assim, o primeiro momento, a prática social como ponto de partida, permite compreender a realidade concreta dos estudantes com deficiência e os desafios objetivos que enfrentam no cotidiano escolar. A problematização, em seguida, promove a análise crítica dessas contradições, possibilitando a seleção de conteúdos significativos e formativos. No terceiro momento, a instrumentalização organiza e adapta os saberes sistematizados, respeitando os modos diversos de aprendizagem, sem simplificar o conteúdo. A catarse representa a transformação qualitativa da relação do estudante com o conhecimento, quando ele passa a compreendê-lo criticamente e a utilizá-lo com autonomia. Por fim, a prática social como ponto de chegada reafirma o papel do saber como instrumento de transformação da realidade concreta e consolida a emancipação intelectual e social dos sujeitos. Os resultados indicam que a PHC, ao integrar teoria e prática de forma intencional, crítica e contextualizada, promove uma educação inclusiva que não se limita à presença física, mas assegura o direito à aprendizagem e à formação plena, exigindo políticas públicas e formação docente comprometidas com a superação das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação Especial, Materialidade Escolar, Práxis Educacional, Emancipação.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial no Brasil, apesar dos avanços legislativos e políticos voltados para a inclusão, ainda enfrenta desafios estruturais e epistemológicos que comprometem sua efetivação. Problemas como a precarização das escolas públicas, a ausência de infraestrutura

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduado em Pedagogia e Pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. Professor do Ensino Fundamental I da Prefeitura de Curitiba, boazejewskia@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GHESP e do PIBID/RP UNINTER, desire.d@uninter.com.





adequada e a formação docente insuficiente dificultam a construção de práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras (GATPI, 2010; MANTOAN, 2015; PARO, 2016). Dessa forma, torna-se imprescindível refletir sobre abordagens pedagógicas que contribuam para a superação desses desafios, garantindo um ensino que não apenas acolha os estudantes com necessidades educacionais específicas, mas que também promova sua formação crítica e emancipadora.

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), sistematizada por Dermeval Saviani, surge como uma alternativa metodológica e teórica relevante para esse contexto. Fundamentada na concepção dialética da realidade, a PHC propõe a apropriação dos saberes historicamente acumulados, permitindo que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica do mundo e se tornem sujeitos ativos na transformação social (SAVIANI, 2013, 2018). No âmbito da Educação Especial, a articulação entre os princípios da PHC e a abordagem histórico-cultural de Vigotski pode fornecer subsídios para práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes sem fragmentar o ensino. Para Vigotski (2021), a deficiência não deve ser vista como um fator limitante absoluto, mas sim como um fenômeno mediado historicamente, cuja superação ocorre por meio da interação social e da mediação pedagógica.

Diante desse cenário, o presente estudo busca investigar as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação Especial, analisando como seus princípios e cinco momentos metodológicos podem ser articulados para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras. O trabalho tem como objetivo principal compreender de que forma a PHC pode auxiliar na superação das barreiras educacionais enfrentadas pelos estudantes com deficiência, promovendo um ensino que integre teoria e prática de maneira crítica e dialógica.

Para isso, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, fundamentando-se nos estudos de Saviani (2013, 2018), Vigotski (1991, 2009, 2021), Mantoan (2015), Fernandes (2013) e Hudson (2019), entre outros. O estudo discute os desafios da Educação Especial no Brasil, as bases teóricas da PHC e a aplicação dos cinco momentos metodológicos no ensino inclusivo. Os resultados apontam que a PHC, ao integrar a mediação pedagógica e a intencionalidade educativa, possibilita a criação de um ambiente mais acessível e emancipador, contribuindo para a formação docente e o desenvolvimento dos estudantes com necessidades específicas.

Dessa forma, pretende-se responder à seguinte questão norteadora: quais as contribuições pedagógicas e metodológicas que a Pedagogia Histórico-Crítica pode fornecer à Educação Especial? A partir das reflexões teóricas e metodológicas desenvolvidas neste





estudo, busca-se reafirmar a importância de uma educação inclusiva que, além de garantir o acesso à escolarização, assegure o direito ao conhecimento sistematizado, promovendo a emancipação dos sujeitos e a superação das desigualdades educacionais.

Para responder ao objetivo proposto, este trabalho utilizou a abordagem qualitativa (SEVERINO, 2016, p. 125), a qual contempla a pesquisa bibliográfica, que “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos” ou virtuais, “como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2016, p. 131), bem como o uso documental de normativas educacionais.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITOS E DESAFIOS

A Educação Especial configura-se como uma modalidade de ensino voltada a estudantes com necessidades específicas, exigindo práticas pedagógicas que garantam acesso, permanência e aprendizado efetivo, indo além de uma perspectiva meramente assistencialista. Para isso, faz-se necessário um planejamento didático intencional e crítico, que considere tanto as barreiras estruturais quanto os aspectos epistemológicos da inclusão.

No Brasil, marcos normativos como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) garantiram avanços significativos na consolidação do direito à educação inclusiva. No entanto, a efetivação dessas políticas encontra entraves na materialidade escolar, refletidos na falta de infraestrutura adequada, na precarização das escolas públicas e na formação docente limitada para o ensino inclusivo (FERNANDES, 2013; MANTOAN, 2015; PRIETO, 2023).

Mantoan (2015) destaca que a inclusão não pode ser reduzida ao mero acesso físico às escolas, pois isso não assegura a participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. A inclusão, segundo a autora, exige mudanças epistemológicas e metodológicas que considerem a diversidade de trajetórias, ritmos e formas de aprender. No entanto, as escolas frequentemente enfrentam dificuldades para materializar essa proposta. Gatti (2010) aponta que a precarização do ensino público, somada à falta de formação continuada para os professores, cria um cenário em que a inclusão se torna um desafio operacional, muitas vezes resumido à adaptação superficial de atividades, sem transformações efetivas na prática pedagógica.

Além da precarização estrutural, há também desafios ligados às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Hudson (2019) chama atenção para a diversidade de dificuldades de aprendizagem, como dislexia, TDAH e TEA, que demandam estratégias





diferenciadas de ensino e avaliação. No entanto, muitos docentes não recebem formação específica para lidar com esses desafios, o que compromete a efetividade das práticas pedagógicas e pode levar à exclusão dentro da própria escola regular.

Diante desse cenário, é essencial adotar abordagens críticas que superem a fragmentação do ensino e a visão meramente compensatória da Educação Especial. A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), articulada à abordagem histórico-cultural de Vigotski, apresenta-se como um caminho promissor. Ambas defendem que o conhecimento deve ser mediado de forma intencional e estruturada, permitindo que os estudantes se apropriem dos saberes historicamente acumulados e desenvolvam autonomia intelectual e participação ativa na sociedade. Assim, mais do que garantir o direito de estar na escola, é fundamental assegurar condições para a aprendizagem efetiva e significativa, combatendo práticas excludentes ainda presentes no sistema educacional brasileiro.

A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL E A DEFECTOLOGIA

A abordagem histórico-cultural, desenvolvida por Lev Semionovitch Vigotski, apresenta uma visão crítica e revolucionária sobre a deficiência, afastando-se de concepções naturalizantes e deterministas. Em seus estudos sobre defectologia, Vigotski (2021) rejeita a compreensão biologizante das deficiências, argumentando que estas não devem ser vistas como limitações fixas e individuais, mas sim como fenômenos socialmente e historicamente mediados. Dessa forma, a deficiência não é um obstáculo intransponível, mas um desafio que pode ser reconfigurado e superado por meio da interação social e da mediação pedagógica intencional.

Essa perspectiva transforma profundamente a forma como a Educação Especial deve ser concebida, deslocando o foco das dificuldades individuais para as possibilidades de desenvolvimento dentro de um ambiente mediado. De acordo com Vigotski (2009), o desenvolvimento humano ocorre através das relações sociais e da internalização dos instrumentos culturais, como a linguagem, o pensamento simbólico e a experiência coletiva. Nesse contexto, o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) torna-se fundamental para a educação inclusiva, pois representa a distância entre aquilo que o estudante já é capaz de realizar autonomamente e aquilo que ele pode alcançar com mediação adequada (VIGOTSKI, 1991).

A ZDP permite identificar duas dimensões centrais do desenvolvimento:

1. **O nível de desenvolvimento real**, que corresponde ao que o estudante consegue realizar sozinho no momento;





2. **O nível de desenvolvimento potencial**, que representa o que ele pode alcançar com a orientação de um professor, um colega mais experiente ou o uso de ferramentas pedagógicas apropriadas.

Vigotski (1991) argumenta que aquilo que uma criança realiza hoje com auxílio, será capaz de fazer de forma autônoma no futuro, demonstrando a dimensão prospectiva do desenvolvimento. Esse princípio rompe com a visão estática das dificuldades de aprendizagem e enfatiza a importância da mediação pedagógica ativa, que deve ser planejada para impulsionar novas aquisições cognitivas e sociais.

Para ilustrar essa abordagem, podemos considerar o caso de uma criança com dislexia. Se esse estudante for apenas avaliado com base na sua limitação atual de leitura, o ensino corre o risco de reforçar sua dificuldade em vez de superá-la. No entanto, ao adotar uma mediação pedagógica intencional, respeitando sua ZDP, é possível estruturar atividades de leitura guiada, utilizando textos adaptados, apoio sonoro e estratégias multisensoriais, de modo que o estudante gradualmente expanda sua capacidade de leitura e interpretação.

Essa visão se alinha aos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), uma vez que ambas as abordagens compreendem o conhecimento como um instrumento de transformação da realidade e de emancipação do sujeito. Enquanto Vigotski enfatiza que o desenvolvimento ocorre por meio da internalização cultural e da interação social, Saviani (2018) propõe que a educação deve ser intencional e estruturada para garantir o acesso dos estudantes aos saberes historicamente acumulados.

A articulação entre a PHC e a abordagem histórico-cultural de Vigotski amplia significativamente as possibilidades pedagógicas para a Educação Especial, pois permite que a deficiência não seja vista como um déficit intransponível, mas como uma característica que pode ser ressignificada dentro de um ambiente educativo rico e inclusivo. Para tanto, é necessário que as práticas pedagógicas estejam alinhadas a um ensino intencional, dialógico e estruturado, garantindo aos estudantes não apenas a participação na escola regular, mas também o acesso efetivo ao conhecimento e ao desenvolvimento integral.

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) não deve ser entendida como um modelo pedagógico fixo e concluído, mas sim como um processo em constante construção, voltado para a transformação social e a superação das desigualdades educacionais. Dermeval Saviani (2018) enfatiza que a PHC parte do princípio de que a educação não deve apenas reproduzir a





sociedade existente, mas possibilitar sua transformação crítica e emancipatória. Isso significa que o conhecimento escolar não pode ser tratado como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para que os sujeitos compreendam e transformem sua realidade.

O método pedagógico proposto por Saviani (2018) estrutura-se em cinco momentos: prática social como ponto de partida, problematização, instrumentalização, catarse e prática social como ponto de chegada. Esse processo dialético busca integrar teoria e prática de forma orgânica, rompendo com a visão tradicional do ensino baseada na mera transmissão de conteúdos (GALVÃO; LAVOURA; MARTINS, 2019). Diferente de abordagens tecnicistas ou conteudistas, a PHC propõe que o estudante não apenas receba informações, mas atue na construção do conhecimento de maneira ativa e crítica.

No contexto da Educação Especial, a PHC oferece uma abordagem diferenciada ao tratar o aprendizado como um direito universal e um instrumento para a emancipação dos estudantes com deficiência. Em vez de reduzir a inclusão a adaptações pontuais, a PHC propõe mudanças estruturais na escola e na prática pedagógica, garantindo que os sujeitos tenham acesso não apenas ao ambiente escolar, mas também aos saberes historicamente acumulados.

Por exemplo, um estudante com deficiência visual pode se deparar com barreiras que vão além do acesso a materiais em braille ou audiobooks. A PHC propõe que a escola não apenas forneça recursos adaptados, mas também transforme a maneira como o conhecimento é construído, garantindo que esse estudante tenha acesso à mesma profundidade teórica e crítica que os demais alunos. Isso exige não apenas adaptações técnicas, mas também um planejamento pedagógico que assegure a efetiva apropriação dos conteúdos.

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA INTEGRAÇÃO POSSÍVEL

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), ao reconhecer o caráter histórico e social do processo educativo, proporciona uma base sólida para a construção de práticas inclusivas na Educação Especial. Para Saviani (2018), a educação deve ser um instrumento de emancipação humana, promovendo a apropriação crítica dos saberes historicamente acumulados. Essa perspectiva vai além da mera aceitação das diferenças e propõe que a diversidade seja incorporada ativamente no processo de ensino-aprendizagem, garantindo que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento sistematizado.





A aplicação da PHC na Educação Especial encontra respaldo na abordagem histórico-cultural de Lev Vigotski. Para Vigotski (2011), as deficiências não são barreiras fixas ao aprendizado, mas desafios que podem ser superados por meio de mediação pedagógica adequada. Conceitos como interação social, internalização dos instrumentos culturais e zona de desenvolvimento proximal (ZDP) são fundamentais para a aprendizagem de estudantes com necessidades específicas. Um exemplo disso é o trabalho com estudantes com dislexia, que, segundo Hudson (2019), se beneficiam de práticas mediadas por jogos fonológicos, leitura guiada e ferramentas audiovisuais, que ampliam suas possibilidades de desenvolvimento dentro da ZDP.

Além disso, autores como Silva (2014) e Adams (2020) defendem que a interseção entre PHC e Educação Especial exige uma formação docente crítica, capaz de articular teoria e prática de forma intencional e sistemática. Adams (2020) enfatiza que essa abordagem evita a fragmentação do ensino, permitindo que as adaptações curriculares sejam incorporadas de maneira orgânica, sem reduzir a experiência educacional dos estudantes a atividades simplificadas ou descontextualizadas.

Nesse sentido, a PHC contribui para superar concepções assistencialistas da Educação Especial, que muitas vezes tratam a inclusão apenas como um ato de inserção física dos estudantes nas salas de aula, sem garantir acesso efetivo ao conhecimento. Como aponta Fernandes (2013), a inclusão deve ser compreendida como um processo dialético, no qual as contradições presentes na materialidade escolar são enfrentadas e transformadas por meio de práticas pedagógicas críticas. Um exemplo prático dessa abordagem pode ser observado no ensino de Ciências para estudantes com deficiência visual, onde a PHC propõe que experimentos sejam adaptados com materiais táteis, audiodescrição e metodologias investigativas que permitam a compreensão conceitual dos fenômenos, ao invés de apenas reproduzir modelos tradicionais inadequados.

Assim, ao oferecer um caminho metodológico estruturado, a PHC possibilita a articulação entre os conteúdos escolares e as necessidades específicas dos estudantes, promovendo uma educação inclusiva e emancipadora. Para isso, a organização do ensino deve estar alinhada aos cinco momentos metodológicos da PHC, garantindo que a inclusão não seja apenas um discurso, mas uma prática efetiva que transforme a realidade escolar.

Prática Social como Ponto de Partida

O primeiro momento da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) corresponde à realidade inicial dos estudantes, ou seja, sua prática social antes da mediação pedagógica. Na Educação





Especial, essa etapa exige que o professor compreenda o contexto em que os estudantes com necessidades específicas estão inseridos. Isso envolve desde a análise de barreiras físicas e estruturais até as dificuldades individuais de aprendizagem. Segundo Saviani (2018, p. 56), os alunos chegam à escola com uma "visão sincrética" da realidade, baseada em suas experiências imediatas.

Para um estudante com TEA (Transtorno do Espectro Autista), por exemplo, a prática social inicial pode ser caracterizada pela dificuldade em interações sociais e na comunicação. Para uma criança com dislexia, a leitura pode representar um desafio quase intransponível, devido à forma como o cérebro processa os símbolos gráficos. O papel do professor, então, é diagnosticar essas limitações e identificar os potenciais de desenvolvimento, algo que Vigotski (1991) destaca em sua teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Ao compreender o que o aluno já sabe e o que pode aprender com auxílio, o professor estrutura um ensino adequado à sua realidade, preparando o caminho para os próximos momentos metodológicos da PHC.

Problematização

O segundo momento, problematização, consiste em refletir criticamente sobre as dificuldades detectadas na prática social e compreender os desafios estruturais que impedem a aprendizagem dos estudantes. Na Educação Especial, essa etapa envolve a análise de barreiras institucionais, como a falta de materiais adaptados, currículos rígidos e formação insuficiente de professores.

Paro (2016) ressalta que a precarização das escolas públicas compromete a inclusão efetiva, pois muitos estudantes com deficiência encontram um ambiente inadequado ao seu aprendizado. Um exemplo concreto disso são escolas que não oferecem acessibilidade física, dificultando a locomoção de estudantes com deficiência motora, ou que não possuem intérpretes de Libras, prejudicando alunos surdos.

Ao trazer esses desafios para o centro da discussão, o professor permite que os próprios alunos compreendam as limitações impostas a eles e percebam que suas dificuldades não são meramente individuais, mas resultam de um contexto social que pode ser transformado. Essa percepção crítica é essencial para preparar o estudante para o terceiro momento: a instrumentalização.

Instrumentalização





O terceiro momento refere-se ao acesso ao conhecimento sistematizado, permitindo que os alunos adquiram as ferramentas necessárias para superar as dificuldades identificadas na problematização. No contexto da Educação Especial, essa fase envolve estratégias pedagógicas adaptadas e o uso de recursos que ampliem a participação dos estudantes.

Se um aluno com dislexia enfrenta dificuldades para ler e escrever, o professor pode recorrer a softwares de leitura, áudiobooks e fontes adaptadas, ajudando-o a associar sons e símbolos. Para um estudante com TEA, atividades estruturadas e visuais podem favorecer sua organização cognitiva e engajamento. Segundo Hudson (2019), estratégias como uso de cores, símbolos e material multisensorial ajudam a reduzir a sobrecarga cognitiva e tornam o aprendizado mais acessível.

Além disso, a mediação pedagógica na ZDP, defendida por Vigotski (1991), é fundamental nesse momento. Ao oferecer suporte adequado, o professor permite que o estudante realize tarefas que antes não conseguia sozinho, promovendo sua autonomia gradativa.

Catarse

A catarse representa o momento no qual os alunos superam sua visão inicial e transformam qualitativamente seu conhecimento. Como explica Saviani (2018, p. 57), trata-se da transição de um conhecimento fragmentado para uma compreensão mais ampla e crítica da realidade.

Para ilustrar, um estudante com deficiência intelectual que, no início, tinha dificuldades para compreender operações matemáticas básicas pode, ao longo do processo de ensino, internalizar estratégias que antes eram mediadas pelo professor e começar a aplicá-las sozinho. Vigotski (2009) argumenta que, ao internalizar ferramentas culturais e cognitivas, os estudantes transformam não apenas seu conhecimento, mas sua relação com o mundo.

Por exemplo, um estudante surdo que dependia exclusivamente de um intérprete para compreender o conteúdo pode, ao longo do processo, desenvolver estratégias próprias de leitura e escrita para complementar sua aprendizagem, tornando-se mais independente. Esse avanço marca a transição do aprendizado assistido para a autonomia, consolidando o conhecimento adquirido.

Prática Social como Ponto de Chegada

O último momento da PHC, prática social como ponto de chegada, ocorre quando o aluno retorna à realidade concreta, agora transformada pela aprendizagem. Esse momento não





representa um fim, mas uma reconfiguração da prática social inicial, agora mediada por novos conhecimentos.

No contexto da Educação Especial, essa transformação pode ser vista quando os estudantes conseguem aplicar os conteúdos aprendidos na sua rotina, rompendo com as barreiras que antes os limitavam. Um aluno com TDAH, que no início apresentava dificuldades de organização e foco, pode, com a mediação pedagógica adequada, desenvolver estratégias autorregulatórias, como o uso de checklists e técnicas de intervalos produtivos para manter a concentração.

Além disso, a prática social transformada impacta não apenas os alunos, mas a escola e a comunidade escolar. Quando os professores aplicam os princípios da PHC, o ambiente educacional se torna mais acessível e inclusivo, favorecendo a construção de um espaço onde as diferenças não são vistas como obstáculos, mas como elementos ativos do processo educativo. Segundo Galvão, Lavoura e Martins (2019, p. 114-115), esse momento consolida a mudança qualitativa na realidade escolar, garantindo que a educação não seja apenas um direito formal, mas uma experiência concreta de aprendizado e emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as contribuições pedagógicas e metodológicas da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) para a Educação Especial, considerando seus desafios estruturais e epistemológicos. A investigação demonstrou que a PHC, ao integrar teoria e prática de forma dialética, oferece um caminho metodológico estruturado para a inclusão escolar, possibilitando que os estudantes com necessidades específicas se apropriem criticamente dos saberes historicamente acumulados.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a PHC dialoga diretamente com a abordagem histórico-cultural de Lev Vigotski, sobretudo no que se refere à mediação pedagógica e ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Essa articulação permite um ensino inclusivo que não se limita a adaptações superficiais, mas busca transformar a materialidade escolar, garantindo que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento de forma significativa e emancipadora. A análise dos cinco momentos metodológicos da PHC evidenciou que sua aplicação na Educação Especial exige um planejamento docente intencional e crítico, de modo que a inclusão não se restrinja ao acesso físico à escola, mas assegure o direito efetivo à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos sujeitos.

Diante dos achados, recomenda-se que novas pesquisas explorem a aplicação empírica da PHC na Educação Especial, especialmente no que tange à formação docente e às práticas





pedagógicas em diferentes contextos escolares. Além disso, é fundamental que futuras investigações considerem a implementação dos cinco momentos metodológicos em situações concretas de ensino, analisando seus impactos na aprendizagem dos estudantes com deficiência. Por fim, reafirma-se que a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo histórico e social, cujo êxito depende da superação das contradições estruturais do sistema educacional e do compromisso coletivo com a construção de uma escola verdadeiramente democrática e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Fernanda Welter. **Abordagem Histórica – Cultural**: um olhar para a formação de professores e a Educação Especial. Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 02 de outubro de 2025.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2025.

HUDSON, Diana. **Dificuldades Específicas de Aprendizagem**: ideias práticas para trabalhar com: Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger, TOC. Tradução de Guilherme Summa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. Organização de Valéria Amorim Arantes. 8. ed. São Paulo: Summus, 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. Organização de Valéria Amorim Arantes. 8. ed. São Paulo: Summus, 2023.





SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologia**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a educação especial brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 58, p. 78–89, 2015. DOI: 10.20396/rho.v14i58.8640380. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640380/7939>. Acesso em: 02 de outubro de 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 4. ed. Organizadores: Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman; Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo – SP: Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Problemas da defectologia** v. 1. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

